

Assembleia Municipal

Vila do Conde

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

29 de Fevereiro de 2016

--- Aos **vinte e nove** dias do mês **fevereiro** de **dois mil e dezasseis**, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: **I** – Período de Antes da Ordem do Dia. **II** – Período da Ordem do Dia: **1)** aprovação da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e um de dezembro de dois mil e quinze; **2)** aprovação das alterações à postura de trânsito para a cidade de Vila do Conde; **3)** aprovação da delegação legal de competências municipais de manutenção de “Espaços Verdes, Conservação de Áreas Ajardinadas em Recintos Escolares, Limpeza e Espaços Públicos”; nas freguesias e uniões de freguesias e autorização para a celebração dos acordos de execução – transferências correntes; **4)** aprovação de apoios financeiros a conceder às freguesias e uniões de freguesias para o exercício das suas atribuições e competências próprias – transferências financeiras correntes; **5)** transportes escolares – circuitos gerais/regulares – terceiro trimestre do ano letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis – autorização para a realização de despesas; **6)** recuperação do palacete Melo – instalação de Pousada da Juventude – autorização para a realização da despesa – autorização para a assunção de compromissos plurianuais; **7)** manutenção do parque habitacional e equipamentos coletivos requalificação da área envolvente ao “Bairro da Câmara” – autorização para a realização da despesa; **8)** elaboração do projeto de execução do “Centro Comunitário das Caxinas” – autorização para a realização da despesa; **9)** arrelvamento do campo de futebol do parque de jogos de Touguinha – autorização para a realização da despesa; **10)** informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal. **III** – Período de Depois da Ordem do Dia. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal, Eng^o Mário Almeida, procedeu à chamada e verificou a existência de quórum. Abriu a sessão pelas vinte e uma horas e trinta minutos.-----

---Encontravam-se presentes: a Presidente da Câmara Municipal, Dr.^a Elisa Ferraz, e os Vereadores Eng.^o Caetano, Dr. José Aurélio Baptista, Dr.^a Lurdes Alves, Eng.^o Rui Aragão, Dr. Miguel Paiva, Eng.^o Constantino Silva, Dr.^a Fernanda Laranjeira e Arq. João Amorim Costa.-----

---Pediram a suspensão dos respetivos mandatos e justificaram as faltas, os deputados Dra. Ana Abreu e Dr. Joaquim Costa do PS, Gracinda Assunção Ferreira Morais e Dr. Ricardo Santos do PSD, e Dr. Afonso Ferreira do CDS/PP. Tomaram posse pelo PS José Manuel Laranja e António Pontes da Silva, pelo PSD Carlos Manuel Rei Miranda e Epifânio Manuel Silva Bertão Campos Vinhas, pelo CDS/PP Alexandre Raposo.-----

---Faltaram os deputados do PS Dr. Lúcio Maia Ferreira e Dra. Ana Luísa G. Nascimento Beirão.-----

---O Presidente da Junta de Macieira da Maia pediu a sua substituição pela secretária, Dra. Maria Paula Rei de Azevedo Lima, que tomou.-----

---Faltou o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^o Mário Almeida deu conhecimento da

Assembleia Municipal

Vila do Conde



correspondência recebida e colocou-a à disposição dos deputados municipais.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

--- 1. Declaração Política, apresentada pelo PSD, sobre o prédio a norte da igreja das Caxinas (que se anexa).-----

--- 2. Moção, apresentada pela CDU, sobre a extinção de valências no ESEIG (que se anexa).-----

--- Sobre o mesmo tema foram apresentadas uma Recomendação, pelo CDS/PP, uma Moção pelo PS e uma Declaração Política pelo PSD (documentos que se anexam).-----

--- Intervieram Pedro Martins da CDU e Alexandre Raposo do CDS/PP.-----

--- A Moção da CDU foi aprovada com a abstenção do PSD; a Recomendação do CDS/PP foi aprovada por unanimidade; e a Moção do PS foi aprovada com a abstenção dos PSD, PPM e CDS/PP.-----

--- 3. Moção, apresentada pelo CDS/PP, sobre a TAP (que se anexa).-----

--- Sobre o mesmo tema o PS apresentou uma Recomendação (que se anexa).-----

--- Foi aprovado que a Mesa procedesse à fusão dos dois documentos, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

--- 4. Moção, apresentada pelo PS, sobre o Posto da PSP das Caxinas e Poça da Barca (que se anexa).-----

--- Intervieram Luís Vilela do PSD, Dr. Bruno Almeida do PS e a Presidente da Câmara.---

--- Foi aprovado por unanimidade.-----

--- 5. Voto de Louvor, apresentado pelo PSD a Ester Alves (que se anexa).-----

--- Sobre o mesmo tema foi apresentado um documento pela CDU (que se anexa).-----

--- Os documentos foram aprovados por unanimidade.-----

--- 6. Moção, apresentada pela CDU, sobre o Dia Internacional da Mulher (que se anexa).-----

--- Foi aprovada por unanimidade.-----

--- 7. Moção, apresentada pelo PS, sobre o Centro Educativo de Santa Clara (que se anexa).-----

--- Foi aprovada por unanimidade.-----

--- 8. Voto de Louvor, apresentado pelo PSD, a Frederico Loureiro (que se anexa).-----

--- Foi aprovado por unanimidade.-----

--- 9. Voto de Pesar, apresentado pelo PSD, pelo falecimento de Arlindo Rajão (que se anexa).-----

--- Foi aprovado por unanimidade e cumpriu-se um minuto de silêncio.-----

--- De seguida foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e foi aberto o PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e um de dezembro de dois mil e quinze.-----
Este ponto foi aprovado com onze votos contra do PSD e PPM e uma abstenção do CDS/PP.-----

Assembleia Municipal

Vila do Conde

2. Aprovação das alterações à postura de trânsito para a cidade de Vila do Conde.-----
Intervieram Alexandre Raposo do CDS/PP e a Presidente da Câmara.-----
Foi aprovada com onze abstenções do PSD e PPM.-----
3. Aprovação da delegação legal de competências municipais de manutenção de “Espaços Verdes, Conservação de Áreas Ajardinadas em Recintos Escolares, Limpeza e Espaços Públicos”; nas freguesias e uniões de freguesias e autorização para a celebração dos acordos de execução – transferências correntes.-----
Intervieram Dra. Carla Palhares do PSD, Alexandre Raposo do CDS/PP, a Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Vilar do Pinheiro.-----
Foi aprovado com treze abstenções do PSD, CDU, CDS/PP e PPM.-----
4. Aprovação de apoios financeiros a conceder às Freguesias e Uniões de Freguesias para o exercício das suas atribuições e competências próprias – transferências financeiras correntes.-----
Intervieram Dra. Carla Palhares do PSD, a Presidente de Câmara, Dr. Bruno Almeida do PS, Dr. Nuno Maia do PSD, Dr. João Fonseca do PS e o Presidente da Assembleia Municipal.-----
Foi aprovado com treze abstenções do PSD, CDU, CDS/PP e PPM.-----
5. Transportes escolares – circuitos gerais/regulares – terceiro trimestre do ano letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis – autorização para a realização de despesas. Intervieram Alexandre Raposo do CDS/PP e a Presidente da Câmara.-----
Foi aprovado com treze abstenções do PSD, CDU, CDS/PP e PPM.-----
6. Recuperação do Palacete Melo – instalação de Pousada da Juventude -- autorização para a realização da despesa – autorização para a assunção de compromissos plurianuais.-----
Intervieram a Presidente da Câmara, Dr. Nuno Maia do PSD, Alexandre Raposo do CDS/PP, Dr. Pedro Martins da CDU e o Presidente da Assembleia Municipal.-----
Foi aprovado com treze votos contra, do PSD, CDU, CDS/PP e PPM e uma abstenção do Presidente da Junta de Vilar do Pinheiro.-----
7. Manutenção do parque habitacional e equipamentos coletivos requalificação da área envolvente ao “Bairro da Câmara” – autorização para a realização da despesa.-
Foi aprovado com uma abstenção do CDS/PP.-----
8. Elaboração do projeto de execução do “Centro Comunitário das Caxinas” – autorização para a realização da despesa.-----
Intervieram Luís Vilela do PSD, Alexandre Raposo do CDS/PP e a Presidente da Câmara.-----
Foi aprovado com um voto contra do CDS/PP e doze abstenções do PSD, CDU e PPM.-----
9. Arrelvamento do campo de futebol do parque de jogos de Touguinha – autorização para a realização da despesa.-----
Intervieram a Presidente da Câmara, Paulo Andrade do PSD e o Presidente da

Assembleia Municipal

Vila do Conde

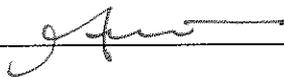
Assembleia Municipal.-----
Foi aprovado por unanimidade.-----

Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----
Intervieram Alexandre Raposo do CDS/PP e Dr. Pedro Martins da CDU. A Presidente
Câmara deu esclarecimentos.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Minuta da Ata
da Sessão, a qual contém os pontos aprovados. A Minuta da Ata da Sessão foi
aprovada por unanimidade.-----

De imediato foi encerrado o Período da Ordem do Dia e aberto o Período de Depois da
Ordem do Dia. Intervieram os munícipes Teresa Pimenta, Ana Macedo e Eduardo
Quintela, terminando com os esclarecimentos dados pela Presidente da Câmara.-----

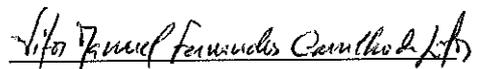
A sessão foi encerrada pelas 00:50 horas.-----



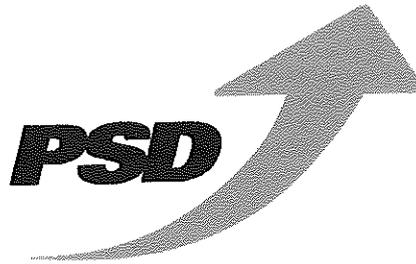
Eng.º Mário H. Moreira Almeida



Dr. Abel Maia



Dr. Vítor Carvalho



Declaração Política

O tempo cura as feridas, mas não apaga as memórias.

Faz este mês precisamente 1 ano que o povo das Caxinas, levantou bem alto a sua voz e se revoltou pacificamente em relação ao prédio que se tinha iniciado a construir a norte da Igreja do Sr. dos Navegantes.

Hoje, fruto dos últimos desenvolvimentos, justifica-se que façamos uma breve resenha dos 12 meses passados.

Em 08 de Fevereiro de 2015, a população das Caxinas reuniu-se no Salão Paroquial para discutir o assunto e ouvir, dos responsáveis autárquicas explicações e soluções para o problema. Nessa altura, o Sr. Eng.º Mário Almeida, recusando responsabilidades quanto ao problema, propôs o embargo da obra. Essa sugestão foi peremptoriamente recusada pela Srª Presidente da Câmara Drª Elisa Ferraz, que também negando responsabilidades, mostrou uma atitude resignada quanto á inevitabilidade da construção avançar. Nesta mesma sessão o Dr. Miguel Paiva, Líder da equipa de Vereadores da coligação «Acreditar em Vila do Conde» interviu e defendeu a não continuação da construção e que se garantisse o cumprimento do PDM, que numa construção daquelas, obrigava a que ficasse salvaguardado um afastamento mínimo de 8 metros face ao limite do terreno confrontante.

Em 28 de Fevereiro de 2015, o PSD voltou nesta Assembleia a defender o afastamento mínimo de 8 metros, voltando a insistir na necessidade de serem cumpridas as regras definidas no PDM, em vigor vai para 20 anos.

Infelizmente a nossa voz e os nossos alertas não foram escutadas pela Sra. Presidente Drª Elisa Ferraz, que preferiu insistir na ilegalidade, negociando contrapartidas milionárias com o empreiteiro sem que, com isso, tenha

obtido cedências minimamente justas na defesa dos interesses de Vila do Conde.

Começa hoje a ser claro para todos que a teimosia da Sra. Presidente da Câmara prejudicou fortemente Vila do Conde, manchando de forma indelével a confiança da população nos seus representantes autárquicos. Dizemos isto com tristeza, mas com a convicção de quem vê o tempo dar-lhe razão, pois há um sentimento generalizado de que todos os passos dados pelos executivos do PS (o anterior do Eng^o Mário Almeida e o actual da Dra Elisa Ferraz), são lesivos da lei e da harmonia urbanística desejável em cidades viradas para o futuro.

Pior do que isso, em vez de vermos a maioria PS verdadeiramente interessada na resolução do problema, sim, porque é um problema, aquilo que vemos é a divisão de opiniões e a tentativa de alijar responsabilidades para o outro lado. A autarca de agora diz que a culpa é do autarca anterior. O anterior lava as mãos e diz que a culpa é da sua sucessora. Todos tentam, a todo o custo, limpar a imagem junto da população das Caxinas. Nos últimos dias ouvimos a Sr^a Presidente Dr^a Elisa Ferraz proferir afirmações totalmente descabidas e sem respeito pela inteligência dos Caxineiros, ou será que a Sr^a Presidente acha que os Caxineiros não são pessoas inteligentes? Se não acha, parece mesmo. Foi o que aconteceu em 6 de Fevereiro em que a Sra Presidente afirmou em uma rádio local da cidade vizinha...**QUE OS CAXINEIROS ESTAVAM A MUDAR DE OPINIÃO EM RELAÇÃO AO PRÉDIO...**eu pergunto-lhe directamente, Sra. Presidente **ACHA MESMO?**

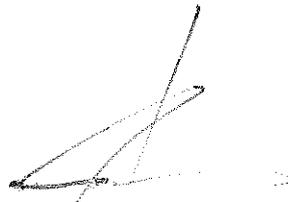
O que o PSD tem a certeza é de que há uma sofreguidão do PS e da Sra. Presidente em limparem a imagem deixada na população das Caxinas, quando até hoje sempre decidiram contra os Caxineiros.

Na última semana, tivemos a notícia de que o Ministério Público tinha emitido um parecer em que faz cair como um baralho de cartas todos as posições assumidas pelo Executivo. Sem querermos ser exaustivos, e até porque não existe decisão final, e retirando um só paragrafo do dito parecer que passo a citar " **E tendo em conta o número de pisos acima do solo do prédio objecto de comunicação prévia 37/14 e considerando o nº**

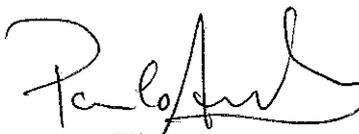
25 do PDM de Vila do Conde, verifica-se que a fachada lateral desse prédio contíguo à igreja do Nosso Senhor dos Navegantes, teria de ter relativamente ao limite da parcela confinante com a Igreja, um afastamento superior ao admitido. Na verdade teria de haver um afastamento igual ou superior a metade da altura da fachada correspondente “.

Pela leitura deste parágrafo facilmente chegamos, nós e todos, que aquilo que o PSD estava (e continua) a defender na interpretação do PDM, obrigava a que estivesse garantido um afastamento mínimo de 8 metros.

Que ninguém tente porque o não vai conseguir, deturpar a posição do PSD em todas as tomadas de posições públicas, tais como na Rádio Onda Viva, JN, Porto Canal, AM extraordinária e na comissão emanada desta Assembleia na tentativa de negociação com o construtor. Sempre defendemos a Lei e fomos a única força presente no Executivo Municipal que, coerentemente, sempre defendeu o afastamento mínimo de 8 metros, mesmo tendo a convicção de que aquele espaço merecia outra dignidade, ou seja, que nada lá tivesse sido construído, como os bonitos folhetos do Programa Polis, impressos à porta das eleições autárquicas de 2001 prometiam...



Carlos



Paulo



João

①
Doc. 2**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE****MOÇÃO – EXTINÇÃO DA ESEIG**

A Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) instalou-se nos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim no início dos anos 90, funcionando então em instalações provisórias cedidas pelas autarquias. Em 2001, com a inauguração de novas instalações e agrupamento dos dois polos provisórios, num só campus, a ESEIG ganhou de forma inequívoca identidade, dimensão e massa crítica. Tal foi possível graças ao esforço e empenho verificado pelos diferentes intervenientes de ambos os concelhos.

Vila do Conde é hoje também reconhecida graças à marca ESEIG, com um histórico de 26 anos, e à qualidade e diferenciação da oferta formativa existente nesta escola superior, com cursos ligados às engenharias, hotelaria e turismo, design e às ciências empresariais.

A ESEIG, em contra ciclo com outras instituições de ensino superior, mesmo do universo do IPP, tem uma elevada procura em toda a sua oferta formativa sendo uma instituição com cursos sustentáveis e uma actividade académica dinâmica, facto comprovado, ano após ano, pelo preenchimento integral das vagas compreendidas no seu *numerus clausus*.

A nível da procura por parte dos candidatos ao ensino superior é importante a referência à atractividade da ESEIG nos concelhos onde está instalada bem como relativamente aos concelhos limítrofes. Por outro lado é elevada a procura de profissionais formados nesta instituição junto do tecido empresarial nacional, com particular relevância regional, reconhecendo assim o esforço e dedicação de todo os elementos da escola (estudantes, docentes e demais intervenientes). A taxa de entrada no mercado de trabalho no 1º ano após a conclusão do ciclo de estudos é das mais elevadas do IPP.

Nas últimas semanas, e aparentemente sem que nada o fizesse prever, fomos confrontados via comunicação social, acerca da Reestruturação do IPP e da possível extinção da ESEIG, o que tem gerado descontentamento e preocupação por parte de alunos, ex-alunos e docentes, tanto mais que este processo desenrolou-se estranhamente entre o período natalício e a época de exames, impossibilitando assim a participação pública que se impunha à avaliação de uma alteração tão profunda e cujas consequências poderão ser manifestamente gravosas para os dois concelhos.

No âmbito desta reestruturação interna o IPP preconiza no seu Campus 2 – Vila do Conde/Póvoa de Varzim - a extinção da ESEIG, a criação de uma Escola Superior de Hotelaria e Turismo e, no mesmo espaço físico, de uma Escola Superior de Média e Design.

Importa assim atender aos seguintes pontos relativamente a esta potencial reestruturação, que julgamos não estarem devidamente esclarecidos:

1. Estas alterações implicam a deslocação de ciclos de estudos actualmente em pleno funcionamento para locais diferentes, que distam dos originais várias dezenas de quilómetros, sendo necessária quanto a este aspecto, uma melhor sustentação e demonstração por parte do IPP, designadamente sobre como serão acauteladas as expectativas e investimento pessoal dos estudantes envolvidos. Em particular, importa ter em conta que a localização da escola que frequentam pode ter sido um aspecto determinante na sua escolha, podendo a sua alteração implicar graves constrangimentos, que no limite poderão inclusivamente ser impeditivos da continuação dos seus estudos superiores.
2. A distribuição do pessoal docente não é a que resulta da mudança de ciclos de estudos acompanhados pelo respectivo pessoal docente, o que contraria o definido pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).
3. Nenhuma preocupação, trabalho prévio ou plano de contingência para o facto de se estarem a mudar a Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial, o Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial e a Licenciatura em Engenharia Biomédica para uma UO do IPP que se localiza a menos de 500 metros da FEUP, onde também existem estes cursos, com planos de estudos semelhantes. Desde 2013 que a tutela tem vindo a reiterar a necessidade de racionalização da oferta formativa das instituições (não só a duplicação de cursos a nível interno mas a articulação com outras instituições de ensino superior próximas).
4. Nenhum estudo foi feito relativamente à extinção do curso de Contabilidade e Administração e suas consequências, incluindo para as centenas de alunos que ao longo dos anos nele se diplomaram, sendo o único argumento a questão de duplicação da oferta formativa no interior do IPP. No entanto, esta duplicação de oferta formativa existe no Campus 3 – Felgueiras, o que esvazia este argumento.
5. A aprovação em Conselho Geral do IPP, por proposta da Presidência do IPP, de um documento que não considerou como válidos os pareceres de vários órgãos das escolas integrantes do IPP foi um claro desrespeito por estas escolas e seus representantes; O calendário escolhido para este processo não foi o mais feliz, na medida em que limita a possibilidade de esclarecimento e dos alunos e corpo docente das diferentes escolas em virtude da época de exames que decorreu.
6. O contributo que Vila do Conde espera da ESEIG para o seu desenvolvimento, seja do lado da formação de recursos humanos para a nossa população, seja para o apoio ao tecido económico é seriamente afectado pela diminuição da diversificação da oferta formativa; Simultaneamente verifica-se a extinção de uma escola plenamente viável e funcional, com elevadas taxas de ingresso e posterior colocação no mercado de trabalho, para abertura de duas novas escolas, com naturais custos acrescidos em

virtude da necessidade de criação das diferentes estruturas orgânicas, cujo sucesso e sustentabilidade representam uma incógnita.

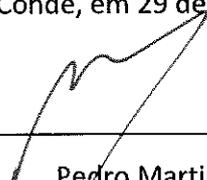
7. A manutenção da marca ESEIG além de comportar plenamente a integração dos *clusters* de Hotelaria e Turismo, e de Média e Design, na actual oferta formativa, daria ainda espaço a que, num futuro próximo e como apresentado na identificação dos *clusters* de ensino e formação, fosse possível comportar o *cluster* do mar (e.g. Engenharia Naval), uma área de interesse para o concelho de Vila do Conde, em linha com a sua identidade cultural e económica, mas também com alguns projectos estratégicos que se encontram em desenvolvimento.
8. Importa ainda esclarecer que tipos de investimentos serão efectuados nas novas escolas pois em nenhum documento esta questão é abordada de forma clara.

Em resumo, com este projecto entendemos que Vila do Conde perde uma Escola Superior com 26 anos de história, com milhares de alunos formados e devidamente integrados no mercado de trabalho, para hipoteticamente ganhar duas pequenas Escolas Superiores limitadas na sua área de intervenção (Hotelaria e Turismo e Media e Design), sem que para tal tenham sido desenvolvidos estudos que cabalmente comprovem a sua sustentabilidade e sem que tenha decorrido a necessária auscultação pública de todas as partes interessadas e afectadas.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 29 de Fevereiro de 2016, delibera solicitar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e ao Instituto Politécnico do Porto, a imediata suspensão do processo de reestruturação/extinção em curso, no tocante à ESEIG.

Nota: Se aprovada, deve a presente Moção ser comunicada a Sua Excelência, o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à Presidência do IPP, da ESEIG e respectivas Associações de Estudantes, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e publicada na Comunicação Social Local

Assembleia Municipal de Vila do Conde, em 29 de Fevereiro de 2016,
Pela CDU,



Pedro Martins

Povoia ①

CDS – PP
Assembleia Municipal de Vila do Conde

Doc. 3

RECOMENDAÇÃO

A ESEIG foi uma aposta clara, durante os últimos anos, dos municípios de Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Nesse sentido, foram efectuados esforços claros para atrair uma instituição de ensino superior a estes municípios. Em Vila do Conde o esforço passou, numa primeira fase, pela disponibilização de infra-estruturas municipais tendo em vista a capacidade de obtenção de meios físicos para efectuar a realização das aulas.

Esse esforço também passou pelo enquadramento dos edifícios em território do município. Esse esforço acabou por se concretizar com a construção de vários edifícios na zona limite entre os dois municípios acima referidos. Foi um exemplo de cooperação estratégica que levou à fixação do polo universitário assim como na garantia de condições de oferta de opções de ensino superior à população estudantil de Vila do Conde.

Para além destas iniciativas também se registou um esforço complementar com a criação de uma residência universitária, em Vila do Conde, visando garantir a fixação dos jovens estudantes na cidade e com isso realizar um impacto positivo na economia local.

Da oferta de ensino desde cedo foi entendido que os cursos que agora estão de saída, do referido polo universitário, criaram condições amplas para a formação de novos profissionais, em quantidade e qualidade, que afectaram positivamente o tecido empresarial do nosso município.

Os desafios desenhados para Vila do Conde passam, claramente, pela manutenção de uma oferta de ensino ampla e completa que garantam sustentabilidade ao tecido económico e à sociedade. O impacto, de uma unidade de ensino superior, também permite uma democratização ao acesso ao ensino público superior. Ou seja, a existência desta unidade leva a que, nas opções individuais por esta unidade de ensino superior, seja considerado o factor de proximidade excluindo, por ordem de razão, as barreiras económicas que tantas vezes condicionam as pessoas a optarem por seguirem os estudos superiores.

Acresce ainda, numa óptica meramente económica, o impacto positivo no mercado de arrendamento assim como no tecido comercial pois acrescentou utilizadores e consumidores a estes dois sectores.

A redução, tout court, da oferta, mesmo que assente numa estratégia de valorização global do IPP, não é clara na salvaguarda dos interesses individuais do município. Focar a oferta de ensino nas áreas do Design especializado ou no Turismo/Hotelaria pode ser castrador do futuro ou condicionante das opções políticas do concelho.

A especialização e afunilamento da oferta em duas áreas tão específicas poderá afastar, em definitivo, meios de alavancagem do sector secundário e terciário da economia local.

Doc. 11

Assembleia Municipal de 29.02.2016

Moção

ESEIG de Vila do Conde/Póvoa de Varzim em vias de extinção

Há quase 26 anos, mais propriamente em 3 de novembro de 1990, foi instalada em Vila do Conde a ESEIG/Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão de Vila do Conde, com os cursos de Contabilidade e de Gestão, o que correspondeu a uma justa reivindicação e ação para que no nosso Concelho existisse todos os níveis de ensino. Tal traduziu-se de algo significativo para todos nós, ao ter-se conseguido que em 15 anos passássemos a ter os ensinos unificado, profissional, secundário e superior, quando até ao 25 de Abril apenas existia os ensinos primário e preparatório.

Para tal ser viável, a Câmara Municipal teve de disponibilizar condições funcionais e dignas, o que foi feito construindo boas instalações com o belo edifício adjacente a sul ao Centro Municipal da Juventude, que mais tarde passou a funcionar como Telecentro quando o IPP/Instituto Politécnico do Porto, que superintende na ESEIG, decidiu, em 2004, optar por um Complexo Escolar para agregar as Escolas da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde com a possibilidade de criar novos cursos, o que aconteceu com a Escola existente a norte do Quartel dos nossos Bombeiros.

Surgiu agora a notícia de que o IPP terá já aprovado uma reestruturação nos seus vários polos, a qual envolve a ESEIG que dizem ter "uma oferta formativa excessivamente ampla" e que, por isso, tinha "muita dificuldade em corresponder aos critérios definidos: massa crítica, competitividade e consolidação", argumentos que suscitam dúvidas já que sempre foi referido haver sucesso escolar na ESEIG.

A decisão aponta o fim da ESEIG (!) que será substituída pelas Escolas Superiores de Hotelaria e Turismo e de Média e Design. Dos atuais cursos na ESEIG verifica-se que os vários em Engenharia transitam para o Instituto Superior de Engenharia do Porto, os cursos de Recursos Humanos, Contabilidade, Ciências e Tecnologias de Documentação e Informação vão para o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, enquanto acabarão os cursos de Engenharia em Computação e Instrumentação Médica e de Engenharia Biomédica.

O assunto tem gerado ampla controvérsia, havendo professores, alunos e antigos alunos a contestarem a decisão e a ameaçarem com ações judiciais por considerarem que dela resultarão diversos prejuízos que os irão afetar.

Também a nós, membros da Assembleia Municipal, a questão nos suscita muitas dúvidas e quase certezas, lamentando-se que o assunto não tivesse sido já mais debatido, sendo este órgão deliberativo concelhio devidamente informado para expressar o seu sentimento pelo facto de tal ir ter reflexos no futuro de Vila do Conde e na vida da população.

Reconhecendo-se o interesse de novos cursos superiores nas áreas de Hotelaria, Turismo, Média e Design (os que já existem em nível inferior), consideramos profundamente negativa a saída de cursos na áreas de Engenharia, Contabilidade, Gestão, Ciências e outros, visto Vila do Conde ser um concelho reconhecidamente importante no tecido industrial e nos serviços, o que muito tem a ver com o emprego.. Ter novos cursos é positivo, mesmo sendo áreas onde existiam alguns deles, mas perder cursos em áreas relevantes é demasiado preocupante.

Por isso consideramos que a referida reestruturação, a concretizar-se, é boa para o Instituto Politécnico do Porto e é má para Vila do Conde.





Nota: se aprovada, deve ser enviada ao Ministro da Educação, aos Presidentes do IPP e da ESEIG, sendo dado conhecimento à Câmara Municipal, bem como sendo publicada na Comunicação Social.

Partido Social Democrata

Grupo Municipal de Vila do Conde

Declaração Política

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal e caríssima Mesa

Ex.^{ma} Sr.^a Presidente de Câmara e digníssima Vereação

Sras. E Srs. Presidentes de Junta de Freguesia

Caríssimos Deputados Municipais

Sras. E Srs. Jornalistas

Minhas Senhoras e meus Senhores

No pretérito dia 7 de Janeiro, comemorou-se o 26º aniversário da **Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão – ESEIG**. Se outros factos não houvesse, o acontecimento seria naturalmente aqui trazido em forma de voto de congratulação. Não é o caso. O novo ano ainda ia curto, Janeiro estava apenas a principiar e haveria de demonstrar-se fértil em revelações. Ou, melhor dito, o novo ano haveria de demonstrar-se fértil em revelações para o público em geral. Para o poder autárquico de Vila do Conde, não havia surpresa. Logo

pelas Autarquias, com a cedência das instalações onde a ESEIG começou por funcionar. Louvável!

Durante mais de uma década, a ESEIG operou em dois pólos: um em Vila do Conde e outro na Póvoa de Varzim. Nunca é demais lembrar que estas eram instalações cedidas pelos Municípios. Quando, em 2001, as actuais instalações foram inauguradas, a ESEIG era já uma marca de sucesso, a que os últimos 15 anos vieram dar ainda maior sustentação.

A um Executivo Municipal exige-se pensamento estratégico. No caso concreto, são indesmentíveis os benefícios para Vila do Conde da presença da ESEIG no seu território. Beneficiam os munícipes que a frequentam, beneficia o concelho em geral ao dar-se a conhecer aos que vêm de fora, sejam professores ou alunos, beneficia o tecido económico. Numa palavra, é fundamental para o concelho.

Foi por isso com espanto que tomamos conhecimento das notícias que dão conta da extinção da ESEIG e da criação de 2 novas Escolas. Há dias, ouvi a Sr.^a Presidente de Câmara falar de revolução a outro propósito. Se no caso era errado, aqui é certo. É uma revolução que põe fim a uma marca de sucesso para dar lugar a 2 novas, de futuro imprevisível. É trocar o certo pelo duvidoso.

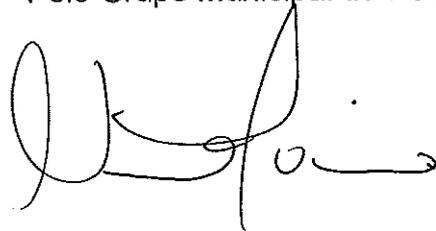
Porém, justiça seja feita, há mais quem não fique bem neste episódio. Já aqui foi afirmada a importância do Poder Autárquico para a fixação da ESEIG em Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Foram, como dissemos, fundamentais o peso político das lideranças e a disponibilização de instalações. Ora, era indispensável saber o que pensa o Partido Socialista sobre o caso. Tal também não foi ainda possível. Quando em matérias estratégicas – e esta é uma matéria estratégica! – o PS não emite posição, ficam claras duas coisas:

O PS desistiu de Vila do Conde;

O PS é o grande partido das coisas pequeninas.

Disse.

Pelo Grupo Municipal do PSD

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. F. ...', written in a cursive style.

Porto 2

A.
Doc 6

CDS – PP
Assembleia Municipal de Vila do Conde

MOÇÃO

Vila do Conde é um município integrado na zona do Grande Porto estando numa relação directa de “poder-dever” com a realidade regional. Nestes termos beneficia de todos os factores de alavancagem exógenos da economia local, nos quais não se poderá excluir o Turismo.

Por outro lado o tecido empresarial local tem vindo a afirmar-se na área das exportações onde o fluxo de pessoas é crucial para consolidar as relações comerciais.

Qualquer tipo de opção estratégica de fornecedores de serviços, ao nível nacional, tem, por ordem de razão, impacto directo na estabilidade e competitividade naquelas duas áreas da economia local. Estes impactos de decisões em sectores estratégicos são, por norma, monitorizados por organismos do Estado procurando a legalidade das decisões assim como a equidade das mesmas.

Contudo, poder-se-á sempre reservar autonomia à esfera privada, quando a impossibilidade económica assim o demonstre, da decisão final de terminar a prestação de um serviço ou redireccionar o funcionamento do mesmo. Quando assim se torna intransponível a continuidade da prestação de um serviço, pode se o interesse público assim o demonstrar, ter o Estado um papel crucial naquilo que se chama o custo social. Nestes termos, poderia o Estado admitir-se à posição de financiador do referido custo e com isso garantir a manutenção do serviço que o privado não consegue garantir, por viabilidade económica.

Diferente é a situação quando o Estado é parceiro ou sócio de título do prestador de serviço. Aqui, a opção estratégica muda radicalmente de configuração pois, no limite do absurdo, pode o Estado impor a manutenção do serviço participando directamente na gestão do serviço e condicionando decisões que visem garantir a estratégia de prestação de serviço.

Por sua vez, ao Estado cabe contrariar políticas de concentração de meios, tornando a oferta pública de serviços a mais equilibrada possível.

A TAP é uma empresa de capitais públicos, onde recentemente foi acordada uma reversão de privatização. Ou seja, esta empresa, para além dos capitais públicos e dívida garantida pelo Estado Português, tem hoje acordada uma participação activa na definição estratégica das rotas de voos.

A Câmara Municipal do Porto, a Assembleia Metropolitana do Porto e diversas câmaras municipais da região Norte têm vindo a reclamar de forma veemente das decisões que visam reduzir a oferta da TAP no aeroporto do Francisco Sá Carneiro.

Todos, sem excepção, têm reclamado para a necessidade de demonstrar as razões financeiras para as opções da TAP assim como têm vindo alertar para que a retirada de voos do aeroporto Francisco Sá Carneiro, por parte da TAP, rapidamente têm sido reclamadas por outras companhias que as acham rentáveis e apetecíveis em termos de operação económica.

Doc 6

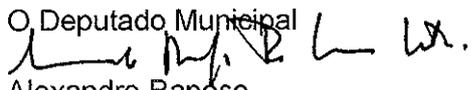
CDS – PP
Assembleia Municipal de Vila do Conde

Perante todas as razões até aqui demonstradas, acresce-se que o município de Vila do Conde, através da sua Assembleia Municipal, está atento e apreensivo com a alteração do cenário de oferta da TAP.

Mais preocupa este município o facto de entender que a concentração em Lisboa dos serviços da TAP levará a uma polémica discussão que persiste existir em Portugal, e que está relacionada com a distribuição dos meios de forma equitativa pelo território nacional. Também se procura reforçar, através desta moção, que o nível de endividamento dessa empresa tem no Estado o seu garante pelo que qualquer alteração significativa no fornecimento de serviços torna ainda mais onerosa essa mesma opção.

Assim, apela-se para que impere o bom senso e a TAP, que ainda hoje procura afirmar-se como “companhia de bandeira”, decida no sentido da defesa dos interesses da região norte, que tanto se esforça para contribuir para o equilíbrio da balança comercial nacional.

O Deputado Municipal


Alexandre Raposo

Vila do Conde, 29 de Fevereiro de 2016

Nota: Em caso de aprovação enviar para a Tutela, para administração da TAP e para a Assembleia Metropolitana assim como publicar nos órgãos de comunicação social locais.

Recomendação

A presença do Estado na TAP é essencial para garantir que a empresa estará alinhada com uma estratégia de apoio à economia portuguesa, seja ao Turismo, seja em permitir e promover o acesso de clientes internacionais às empresas exportadoras portuguesas, bem como o mais fácil acesso das nossas empresas aos mercados internacionais. Daí ter o Partido Socialista defendido a manutenção da TAP na esfera pública.

O Norte e o seu tecido empresarial, do qual Vila do Conde é um Concelho com elevadas tradições, em função das várias empresas que aqui estão instaladas, com uma forte vocação exportadora, bem como das muitas outras que, não exportando diretamente, têm nas exportações indiretas o core da sua atividade/clientes, inserem-se claramente na defesa estratégica visada para a TAP.

Ainda que a decisão das rotas seja uma competência da Comissão Executiva, claramente a manutenção de importantes rotas para grandes praças europeias, das quais Milão, Roma e Bruxelas, importantes polos de interesse do sector têxtil, do calçado e centro de decisão político (tanto mais que os atuais fundos estruturais, decididos nesta última, são muito virados para as empresas) são relevantes exemplos de interesses estratégicos que deverá o Governo, mais do que salvaguardar, acarinhar.

Assim esta Assembleia Municipal hoje reunida delibera apresentar ao Governo a sua preocupação pela recente decisão anunciada de fim de rotas da TAP a partir do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, esperando que esta decisão possa ser reequacionada e que futuras decisões, de facto, sirvam o interesse estratégico da região Norte e da sua pujante atividade empresarial, para a qual decisões como esta (a consumir-se) não deixam de ser uma entropia.

Vila do Conde, 29 de Fevereiro de 2016

e.t.: se aprovada, deverá ser dado conhecimento ao Governo, designadamente ao Ministérios do Planeamento e Infraestruturas e ao Ministério da Economia.

Pelo Partido Socialista





MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

Vila do Conde é um município integrado na zona do Grande Porto numa relação direta de “poder-dever” com a realidade regional. Nestes termos beneficia de todos os fatores de alavancagem exógenos da economia local, nos quais não se poderá excluir o Turismo. O tecido empresarial local tem vindo a afirmar-se na área das exportações onde o fluxo de pessoas é crucial para consolidar as relações comerciais. A TAP é essencial para apoio à economia portuguesa, seja no Turismo, seja em permitir e promover o acesso de clientes internacionais às empresas exportadoras portuguesas, bem como o mais fácil acesso das nossas empresas aos mercados internacionais. O município de Vila do Conde, através da sua Assembleia Municipal, está atento e apreensivo com a alteração do cenário de oferta da TAP. A concentração em Lisboa dos serviços da TAP levará a uma polémica discussão que persiste existir em Portugal e que está relacionada com a distribuição dos meios de forma equitativa pelo território nacional. Ainda que a decisão das rotas seja uma competência da Comissão Executiva, claramente a manutenção de importantes rotas para grandes praças europeias, das quais Milão, Roma e Bruxelas, importantes olhos de interesse do setor têxtil, do calçado e centro de decisão político (tanto mais que os atuais fundos estruturais, decididos nesta última, são muito virados para as empresas) são relevantes exemplos de interesses estratégicos que deverão mais do que serem salvaguardados, acarinhados.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde delibera apresentar ao Governo e à TAP a sua preocupação pela recente decisão de alteração de rotas a partir do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, esperando que possa ser reequacionada, imperando o bom senso e que a TAP continue a afirmar-se como “companhia de bandeira” e decida no sentido da defesa da região norte que tanto tem contribuído para o equilíbrio da balança comercial portuguesa.

A Mesa da Assembleia Municipal,

Resultante da fusão de dois documentos, um do CDS/PP e outro do PS



Assembleia Municipal de 29.02.2016

Moção

Contra o encerramento do Posto da PSP nas Caxinas e Poça da Barca

Há muitos anos atrás, pouco tempo após o 25 de Abril, a Câmara Municipal solicitou ao Governo que fosse instalada nas Caxinas e Poça da Barca uma Secção da PSP/Polícia de Segurança Pública, o que se considerava absolutamente pertinente face à elevada e concentrada população aí residente.

Tendo havido anuência para tal pretensão, o Município ficou com a obrigação de disponibilizar instalações apropriadas, o que foi feito num prédio da Av. Dr. Carlos Pinto Ferreira, onde se realizaram as obras que vieram a ser consideradas como fundamentais e se instalaram todos os equipamentos desejados.

A sua concretização e a sequente entrada em funcionamento muito agradaram à população local que passou a sentir-se com maior segurança, o que veio a ser acrescido quando ali passou a estar localizada uma Brigada de Investigação Criminal para as cidades de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, tendo a Câmara Municipal apetrechado as instalações com novos equipamentos, mais sofisticados e apropriados à ação a desenvolver.

Tudo foi decorrendo com normalidade, até ao momento em que a PSP decidiu inesperadamente retirar o agente lá colocado e fechar as portas, apesar da Brigada de Investigação Criminal lá continuar a desenvolver interiormente o seu trabalho. O veemente protesto da Câmara Municipal fez recuar quem tinha tomado tal precipitada decisão, assim voltando a ser dada resposta ao serviço anteriormente prestado.

No passado mês, novo e surpreendente encerramento se verificou, ao que se sabe sem prévio conhecimento da Câmara Municipal, que logo terá reagido perante tal atitude. Infelizmente, até hoje tudo continua na mesma, isto é, as instalações disponibilizadas gratuitamente e corretamente apetrechadas pelo Município lá continuam com a porta fechada e sem receber a população que lhe quer transmitir preocupações ou solicitar a ajuda necessária.

Perante esta incompreensível situação, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 29 de fevereiro de 2016, apela à Sr. Ministra da Administração Interna para que sejam dadas urgentes indicações aos Comandos Metropolitano do Porto e da Divisão da PSP Vila do Conde/Póvoa

de Varzim/Santo Tirso para que respeitem os cidadãos vilacondenses, nomeadamente as gentes das Caxinas e Poça da Barca.

PO Grupo do PS


Nota: se aprovada, enviar àquelas entidades e à Câmara Municipal para conhecimento, publicando-se na Comunicação Social.

Partido Social Democrata

Grupo Municipal de Vila do Conde

Voto de Louvor

A ultramaratonista vilacondense Ester Alves participou na 12ª Edição do "The Coastal Challenge", na Costa Rica.

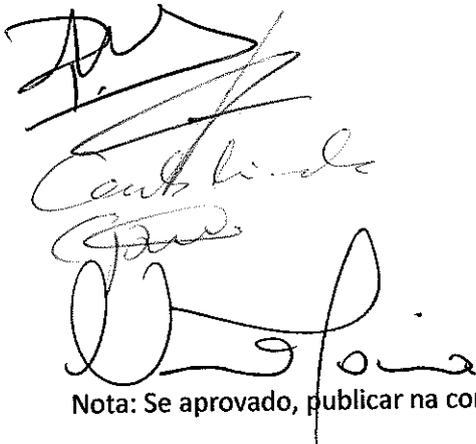
Esta duríssima prova com cerca de 230 km, 10 000 metros de desnível, dividida por 6 etapas, a que se juntaram a elevada humidade e temperaturas a rondar os 40 graus foi dominada, praticamente desde o início, pela Ester Alves, já que venceu todas as etapas com a exceção da primeira.

Com cerca de 40 minutos de vantagem sobre a segunda classificada, ela própria uma das mais reputadas atletas mundiais desta modalidade, a "nossa" Ester Alves foi a brilhante vencedora da 12ª Edição do "The Coastal Challenge", assim cimentando a sua posição como uma das principais praticantes mundiais desta duríssima e exigente modalidade.

Como forma de reconhecimento pela brilhante vitória nesta prova internacional, e pela forma como a Ester Alves sempre evoca a sua condição de vila-condense, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor à atleta.

Vila do Conde, 29 de Fevereiro de 2016

Pelo Grupo de Deputados Municipais do PSD



Nota: Se aprovado, publicar na comunicação social e enviar à atleta.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE**VOTO DE LOUVOR – ESTER ALVES**

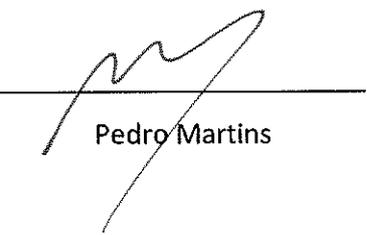
No passado dia 19 de Fevereiro, a atleta vilacondense Ester Alves, venceu destacada a prova feminina de ultramaratona - *The Coastal Challenge*, na Costa Rica, cumprindo os 230 km de uma das mais duras provas da especialidade, em pouco mais de 33 horas.

Pelo exposto, manifesta esta Assembleia o seu reconhecimento e louvor, face a mais este feito, a juntar ao seu rico currículo desportivo, que deixa orgulhosos o país e o concelho, fazendo votos para a continuação do sucesso desportivo da atleta.

Nota: Se aprovado, deverá este voto ser comunicado à atleta e publicado na Comunicação Social local.

Assembleia Municipal de Vila do Conde, em 29 de Fevereiro de 2016,

Pela CDU,



Pedro Martins

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE**MOÇÃO – 8 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, 1910), de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de acção das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objectivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se actuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um factor de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.

O poder local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975.

O poder local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho de vila do Conde.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos activos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida a 29/02/2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.

Nota: Se aprovada, deve a presente Moção ser publicada na Comunicação Social Local.

Assembleia Municipal de Vila do Conde, em 29 de Fevereiro de 2016,

Pela CDU,



Pedro Martins

MOÇÃO

O Centro Educativo de Santa Clara foi inaugurado em finais de outubro de 2010, aquando de um Governo do PS, sendo Ministro da Justiça o Dr. Alberto Martins.

Na altura, e após se terem gasto seis milhões de euros, o governante valorizou a qualidade das instalações, salientando a importância da reinserção social, tendo a gestão sido confiada à “União Meridianos Portugal”.

Depois, em julho de 2014, sendo Ministra da Justiça a Dr^a. Paula Teixeira Cruz do Governo PSD/CDS, o Centro Educativo encerrou por alegadas dívidas do Estado, no montante de 670 mil euros, à “União Meridianos”.

Por esta governante ainda foi anunciada a reabertura do Centro Educativo em maio de 2015 mas, como se constata, o edifício continua desocupado.

Tendo sido um investimento considerável, em instalações consideradas de grande valia, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 29 de fevereiro de 2016, alerta para o perigo de degradação do imóvel, a imoralidade do seu abandono e questiona-se se o mesmo, se deixou de ser útil para o fim para que foi criado, não deverá ser utilizável para outro fim.

Vila do Conde, 29 de fevereiro de 2016

Pelo grupo do PS



NOTA: se aprovada enviar à Ministra da Justiça e publicar na Comunicação Social



VOTO DE LOUVOR

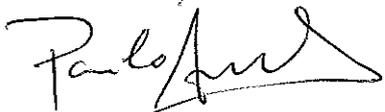
Os Jovens Vilacondenses têm ao longo dos anos elevado bem alto o nome de Vila do Conde através dos seus êxitos . Nunca tinha acontecido, mas também no bailado temos jovens talentos, como Frederico Loureiro de 15 anos, já considerado como um dos seis melhores bailarinos do mundo, e como confirmação e reconhecimento de todo o seu potencial foi convidado para a Gala de encerramento do Festival de Tanzolymp , em Berlim.

Congratulamo-nos e enalteceamos o excelente trabalho que Frederico Loureiro vem desempenhando , sendo devido reconhecimento, propõe-se que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor, a este jovem Vilacondense.

Se aprovado, publicar na comunicação social, e enviar ao jovem bailarino.

Vila do Conde, 29 de Fevereiro de 2016

O Grupo de Deputados Municipais do PSD


Carlos Mendes

Paulo Mendes

António




VOTO DE PESAR

Mais uma vez o imenso oceano não foi amigo do nosso martirizado povo pescador das Caxinas. No inicio deste mês de Fevereiro, Arlindo Rajão de 46 anos foi levado por uma onda, quando seguia a bordo de um barco de armador espanhol, nos mares da Irlanda.

Manifesta esta Assembleia Municipal o seu público pesar e sentidas condolências à família e a comunidade piscatória em geral, que diariamente arrisca a vida na sua labuta, dando um exemplo de força e coragem a todo o concelho e país.

Se aprovado, deve ser comunicado à família e publicado na comunicação social.

Vila do Conde, 29 de Fevereiro de 2016

O Grupo de Deputados Municipais do PSD